

A agroecologia como política pública: uma noção em disputa no campo tecnocientífico gaúcho¹

Vanessa Pfeifer Coelho²

Jalcione Almeida³

Resumo: Explorando a disputa estabelecida no campo tecnocientífico, delimitado pelas fronteiras territoriais do estado do Rio Grande do Sul, em torno da noção de agroecologia, o presente artigo desbrava a flexibilidade dos contornos da referida noção. Em decorrência, especula sobre a interação entre os espaços sociais vinculados a ciência e a política.

Palavras-chave: Agroecologia, campo tecnocientífico

Abstract: Exploring the dispute established on techno-scientific field around the notion of Agroecology, limited by the territorial boundaries of the state of Rio Grande do Sul, the present paper exploit the contours flexibility of the above referred notion. Consequently, it speculates about the interaction among the social spaces linked to science and politics.

Index terms: Agroecology, techno-scientific field

1) Breve introdução

O espaço social delimitado pela tecnociência vinculada à agricultura, o denominado campo tecnocientífico⁴, em um recorte territorial adicional, as

¹ Artigo elaborado no âmbito do projeto de pesquisa: “A inserção da problemática ambiental na agricultura do Rio Grande do Sul: reflexões sobre o desenvolvimento rural” (Fapergs).

² Agrônoma, mestre em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Endereço para correspondência: Landel de Moura, 2696. 91920-150. Porto Alegre/RS. E-mail: vanpc@terra.com.br.

³ Professor adjunto e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e da Faculdade de Agronomia, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Endereço para correspondência: PGDR/UFRGS – Av. João Pessoa, 31. 90040-000. Porto Alegre/RS. Fone/Fax: 0XX51-33163281. E-mail: jal@vortex.ufrgs.br.

⁴ Segundo Bourdieu (2000:64), campo é um espaço social de relações objetivas, um espaço de jogo, de uma luta concorrencial. A denominação “campo tecnocientífico” utilizada no presente artigo, por sua vez, enraíza-se no auto-reconhecimento dos agentes entrevistados – as entrevistas com agentes pertencentes ao referido campo constituem-se no substrato empírico da pesquisa em questão – de pertencimento ao espaço da tecnociência.

fronteiras estaduais do Rio Grande do Sul, constitui-se no foco das análises da presente pesquisa. Aproveitando-se do destaque assumido pela agroecologia em tal espaço social, o artigo, por ora apresentado, tem como objeto de análise a dinâmica da disputa em torno da referida noção, no campo tecnocientífico.

A particularidade do caso gaúcho, na ocasião da realização da pesquisa, derivava-se do patamar de política pública alcançado pela noção de Agroecologia. Incorporado à chamada missão da Emater/RS⁵, a orientação por uma abordagem agroecológica passou a integrar, igualmente, os objetivos da instituição estadual de pesquisa Fepagro⁶. Tal panorama deriva-se da ascensão política da “Frente Popular” (Coligação PT, PSB, PPS PCdoB) ao governo estadual do Rio Grande do Sul, no ano de 1999. Em decorrência, espaços tradicionalmente ocupados por agentes vinculados ao modelo de modernização da agricultura passaram a ser preenchidos por partidários da agroecologia. A visibilidade destes últimos agentes aumenta no conjunto das instituições estatais. A efervescência gerada é o elemento instigador do exercício analítico a ser apresentado: como a noção de agroecologia é “recebida” em um espaço social de tradicional domínio de agentes vinculados ao modelo de modernização da agricultura? Em contrapartida, como os proponentes de tal noção a “apresentam”? Que contornos está a noção de agroecologia assumindo? Tais contornos decorrem em estratégias específicas, envolvidas com uma possível disputa em torno da noção de agroecologia no campo tecnocientífico? Enfim, qual a dinâmica de uma disputa pela noção de agroecologia?

2) Delimitando um espaço social como um campo de disputas – em busca de uma dinâmica interativa

Tendo como intuito central aproximar-se de uma disputa em torno da noção de agroecologia no espaço social delimitado pela tecnociência na agricultura gaúcha, optou-se pelo denominado campo tecnocientífico. Por intermédio da noção de campo abre-se a possibilidade de pensar o mundo social de maneira

⁵ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

relacional (Bourdieu, 2000:27). Habilita-se, portanto, a uma abordagem que privilegie as relações/interações envolvidas na elaboração de distintas construções da noção de agroecologia. Assumindo o campo a configuração de um espaço social de relações objetivas (Bourdieu, 2000:64; Bourdieu 1989:122), ressalta-se o seu caráter dinâmico, na medida em que a estrutura de tal espaço se define, a cada momento, em função da relação de forças entre os envolvidos. Portanto, campo é um espaço social de relações objetivas entre posições adquiridas anteriormente designativas da “relação de forças”. É um espaço de jogo de uma luta concorrencial.

Pretende-se, assim, destacar a dinâmica interna como foco analítico, de forma a propiciar uma análise de um campo de disputas centrada no destaque dado às estratégias passíveis de distinção no mesmo. Busca-se, portanto, a partir de tal aparato, uma abordagem dinâmica do referido espaço, onde as estratégias estejam constantemente intercambiando-se .

O recorte para a análise passa a assumir a configuração de um campo de disputas, onde o confronto entre distintas abordagens da noção de agroecologia associa-se à busca pela autoridade/legitimidade no espaço delimitado. Conforme já destacado, a partir da delimitação dos atores/agentes envolvidos no confronto, restringe-se tal espaço a um campo tecnocientífico relacionado com a agricultura⁶. Caracterizando-se o referido espaço por uma disputa centrada na busca pela autoridade tecnocientífica, ao se utilizar a agroecologia como elemento central na análise, o conflito em torno da mesma estará correlacionado à disputa central do campo.

Sob essa ótica, buscou-se uma aproximação com a dinâmica interna do campo tecnocientífico, com destaque para estratégias envolvidas com a disputa em torno da noção de agroecologia. Para tanto, estruturou-se um roteiro de entrevistas aplicado no intervalo entre os meses de março e novembro do ano de

⁶ Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária.

⁷ Sendo o elemento de inserção de agentes no referido espaço de disputa o seu envolvimento com as chamadas “ciências rurais”.

2000 aos agentes do campo em questão⁸. Foram entrevistados mediadores técnicos vinculados a instituições de pesquisa, ensino e extensão consideradas de relevância e destaque no Rio Grande do Sul. Visando a seleção dos agentes a serem entrevistados, recorreu-se a informantes qualificados⁹ os quais propiciaram um panorama inicial, refinado e comprovado na etapa de campo pelos próprios entrevistados. Objetivava-se contemplar a oposição central entre os partidários e os não simpatizantes da agroecologia enquanto uma política pública gaúcha. Elaborou-se, em decorrência, um roteiro de entrevistas que visava posicionar os agentes quanto à noção de agroecologia, destacando uma possível definição da mesma e o reconhecimento ou não da cientificidade da proposta agroecológica. Definem-se assim, os eixos estabelecidos para o exercício analítico em torno da noção de agroecologia. O material empírico, as entrevistas realizadas, foi submetido à análise de discurso, com foco nos eixos citados, em busca de desvelar estratégias que propiciem contemplar a dinâmica da disputa em torno da agroecologia.

3) Desvelando estratégias – a disputa entre os pólos de maior destaque no campo tecnocientífico

A principal polaridade delimitada pode ser definida entre o grupo de agentes que contestam a validade da proposta agroecológica estatal e, no outro extremo, os agentes engajados na promoção/legitimação da agroecologia. O material analisado permite destacar, como elemento central no esquema discursivo do primeiro grupo de agentes, a contestação da cientificidade da proposta agroecológica. No pólo oposto, os simpatizantes da agroecologia aproveitam-se do impulso obtido pela configuração desta como política pública para exaltar o

⁸ Ressalta-se, novamente, o auto-reconhecimento de tais agentes como pertencentes legítimos ao espaço da tecnociência vinculada à agricultura.

⁹ Como informantes qualificados entendem-se agentes identificáveis como pertencentes ao campo tecnocientífico por sua comprovada atuação no mesmo. Para a configuração de um panorama que contemplasse os principais posicionamentos em relação a agroecologia no espaço de disputa em questão, recorreu-se a agentes partidários do modelo de modernização da agricultura, bem como a defensores da proposta agroecológica.

caráter “ambientalmente correto” de sua proposição, em busca de sua legitimidade no espaço da tecnociência.

Através da análise de discurso, torna-se, portanto, possível a configuração de dois grandes esquemas argumentativos, através dos quais visualizam-se as estratégias envolvidas, destacando-se o imbricamento existente entre estas. Com o auxílio de fragmentos de discursos dos agentes, o presente item se deterá na constituição de tais esquemas argumentativos e das derivadas estratégias. O primeiro grupo de agentes, não simpatizantes da proposição em sua faceta de política pública, estabelece estratégias que visam, ao mesmo tempo, deslegitimar a proposição e promover uma apropriação da agroecologia. Do lado oposto, partidários da agroecologia se esforçarão para responder às críticas de seus opositores – com destaque para o exaltar da cientificidade da proposição -, bem como esforçam-se por desviar as tentativas de apropriação do grupo opositor, buscando, assim, manter sua legitimidade/autoridade em relação à agroecologia no campo tecnocientífico. O jogo entre os dois pólos centra-se, portanto, no referido “caráter ambientalmente correto” e na cientificidade ou não da proposição agroecológica, elementos privilegiados em distintas construções sociais da proposta em questão. Os esquemas argumentativos e as estratégias envolvidas por ambos os grupos de agentes são a seguir apresentados.

3.1) Agroecologia – a necessidade de separar o político-ideológico do cientificamente comprovado.

A um primeiro questionamento, ou mesmo na inicial manifestação voluntária em torno da noção de agroecologia, os agentes aqui reunidos explicitam a relação existente entre esta e a concepção de “*ambientalmente correto*”. Essa forma de aproximação permite a tais agentes se apropriarem da referida noção, exemplificando, em muitos dos casos, como a sua conduta, direcionada por uma “preocupação” de cunho ambiental, pode se abrigar embaixo do guarda-chuva agroecológico. No entanto, tal aparente simpatia dissipa-se no desenrolar de seus

discursos. Os agentes delineiam um possível leque de distintas “agroecologias”, deixando claro que suas afinidades restringem-se a propostas cientificamente embasadas e desprovidas de “radicalismos” e “ideologias”.

“Agroecologia é fazer agricultura preservando o meio ambiente.” (Sindicalista/Farsul)¹⁰ Esta pequena fração de um discurso permite o aflorar de um grande trunfo dos defensores de uma proposta agroecológica, concomitantemente à interessante oportunidade de modelagem e apropriação da noção de agroecologia ofertada a agentes não partidários da mesma. Trunfo, visto estar clara a associação de uma dita agroecologia a uma dimensão ambiental, o que impossibilitaria, a princípio, o seu total desmerecimento. Por outro lado, tão ampla definição, que perpassa a abordagem inicial dos agentes em questão, permite aos mesmos flexibilizar possíveis contornos da noção de agroecologia. Assim, em seus discursos, “racionalização”, “produção integrada”, “zoneamentos agroclimáticos”, “plantio direto”, passam a ser noções e técnicas passíveis de se enquadrarem nos ditames de uma proposta agroecológica.

Partindo da relativa flexibilidade do conceito, muitos dos agentes iniciam sua teia de críticas às peculiaridades de uma proposta agroecológica, impossibilitada, pelas características destacadas a seguir, de despertar simpatias do grupo em questão. Em uma mistura de apropriação e crítica:

*“Eu acho que a **racionalização** do uso dos bens é fundamental... eu acho que essa é a **agroecologia**. Agora, simplesmente preservar sem utilizar, não é essa agroecologia que eu acho, que eu sou favorável, entendeste?”* (Pesquisador/Fepagro – grifos da autora)

*“Agroecologia é **racionalidade**... Não é o não pode nada, mas é o extremo de olhar tudo o que tu usa e*

¹⁰ Os fragmentos de discurso apresentados, bem como os esquemas argumentativos, foram retirados da dissertação de mestrado da primeira autora, intitulada: “Mediadores técnicos, tecnociência na agricultura e a definição legítima da problemática ambiental no campo tecnocientífico”.

ver as conseqüências...” (Pesquisador/Embrapa Trigo – grifos da autora)

Apropriar-se do termo e moldá-lo de forma a enquadrá-lo em suas proposições, uma interessante estratégia. Devendo a agroecologia ser entendida como o “fazer agricultura preservando o ambiente”, recorra-se à “racionalidade” e parta-se para uma “racionalização do uso dos bens”. O caráter “racional” implica em um domínio sobre “tudo o que tu usa”, expresso na possibilidade de “ver as conseqüências”.

Quando os agentes mudam de lado, ou seja, abandonam as tentativas de apropriação, e iniciam um processo de desmerecimento e busca de ilegitimidade da proposta agroecológica em sua faceta de política pública, atacam em duas imbricadas frentes principais. A aceitação de uma proposta agroecológica deve, invariavelmente, estar atrelada ao seu embasamento científico. Por sua vez, tal embasamento possibilitaria libertar a agroecologia de seu viés político e ideológico, ressaltado como peculiaridade propulsora da não credibilidade da mesma por parte dos agentes em questão. Ciência e política, instâncias distintas e não passíveis de correlação, essa é a máxima que figura como azimute e fonte inspiradora de um quadro de críticas e desaprovação do grupo de agentes não simpatizantes da proposição estatal.

O “não é o não pode nada”, nas palavras destacadas acima, do pesquisador da Embrapa, caracteriza o interessante rumo tomado nos discursos dos agentes quando do início de um posicionamento crítico. Nunca é demais lembrar: tais críticas direcionam-se a agroecologia referenciada em políticas públicas estaduais. Em decorrência, a proposta estatal assume, para os agentes não simpatizantes da agroecologia, a faceta de uma substituição de insumos. Em suas próprias palavras: “na verdade, agroecologia, por definição, seria tudo aquilo que não usasse qualquer coisa artificial.” (Pesquisador/professor – UFRGS) Ou, “a não utilização de produtos que venham a agredir o homem e a natureza.” (Pesquisador/Fepagro) Ou ainda, “uma agricultura orgânica, é isso aí. (...) tu não

usa químico, não usa produto, não aduba químico...” (Pesquisador-professor/UFSM) Resumidamente: “a não utilização de agroquímicos de uma maneira geral.” (Extensionista/Emater)

Na seqüência, agroecologia, agricultura orgânica e agricultura ecológica passam a representar sinônimos. Reduz-se, dessa forma, a agroecologia a uma variante no tipo de insumo utilizado. Vislumbra-se a possibilidade de utilizar tal estratégica redução em um refinamento da referida apropriação da noção agroecologia. Com a centralidade na substituição de insumos, os agentes iniciam o bombardeio acompanhado da tentativa de cooptação da proposta agroecológica:

*“Esse conceito que tem se desenvolvido no Rio Grande do Sul de agricultura ecológica é um conceito bastante... É bastante **severo** em relação a tudo o que a gente fazia ou aos modelos de agricultura. Porque ele não admite insumos industrializados.”* (Pesquisador-professor/UFSM – grifos da autora)

Agroecologia “seria aquilo que não usasse qualquer coisa de artificial. (...) Eu acho que é possível fazer uma agricultura agroecológica no sentido mais **liberal** da palavra, como o pessoal usa aqui.” (Pesquisador-professor/UFRGS – grifos da autora) O caráter “severo” do “conceito” de agroecologia, presente no discurso do pesquisador-professor da UFSM, encontra seu complemento na possibilidade de “fazer uma agricultura agroecológica mais liberal”, explicitado pelo pesquisador-professor da UFRGS. Ora, se a questão é a substituição de insumos, muitos são os caminhos ofertados. Abandone-se a “severidade” e opte-se pelo “sentido mais liberal”. Uma das convergentes trilhas que desembocam na palavra “racionalização”. A redução no uso de agroquímicos, a geração de novos produtos e outras alternativas consideradas de menor impacto ambiental tornam-se, mais uma vez, integráveis a um projeto agroecológico não tão “radical”. Mas tal “radicalidade” não se atrela somente a uma “não utilização de qualquer coisa de artificial”. A interação entre a negação de agroquímicos e o viés “ideológico” da

proposta agroecológica, destacada abaixo pelo Pesquisador da Fepagro, permite a associação entre “radical” e “ideológica”:

*“No mínimo eu não sou partidário dessa **ideológica**, dessa agroecologia ideológica em que se procura eliminar todo o agroquímico. (...) Mas, nós não somos desse partido aí, não. Nós somos do **partido da confirmação**, porque se não, não seria pesquisador. Seria qualquer outra coisa.”*
(Pesquisador/Fepagro – grifos da autora)

Tão rico fragmento de discurso permite ir adiante. Uma agroecologia “radical”, “ideológica” contraposta ao “partido da confirmação”, a pesquisa. A “neutralidade científica” o caminho para a “verdade”, a “confirmação”. A ciência, a “boa ciência”, deve legitimar o que é correto, ou não, no tocante à agroecologia: “tem que ser uma ciência, e muita coisa, provavelmente, não é conhecida ainda” (Pesquisador-professor/UFRGS). Essa necessidade de um respaldo científico é uma constante que se faz acompanhar pela afirmação da precariedade dos conhecimentos disponíveis: “já é ciência, foi ciência. Mas ela tem poucos resultados que sustentem o processo de produção.” (Pesquisador/Embrapa Clima Temperado)

“O que não temos são conhecimentos suficientes pra sustentar um conceito de agroecologia ou agrodinâmica, ou orgânica, pura e simples. (...) tu tem que ter uma base científica para explicar os eventos.” (Pesquisador/Embrapa Trigo)

De maneira bastante representativa e pouco acanhada, agroecologia:

“É uma forma de fazer agricultura, fazer exploração, pouco científica... Pouco científica. Por que eu digo pouco científica? Porque ela não comprova, não comprova pelo método científico técnicas empíricas que estão usando e propalando como verdadeiras.

*Entendeu? Tem muita balela nessa questão de agroecologia...Tem muita... Tem muita invenção, muita ideologia. (...) a agroecologia é... pouquíssima a tecnologia agroecológica comprovada pelo método científico. Então, ela é pouco científica. É muito empirismo que está sendo propalado em prosa e verso como agroecologia, como técnica agroecológica. E, na verdade, é um **empirismo** que um indivíduo qualquer inventa e sai propalando que aquilo é uma tecnologia a ser seguida... (...)E é propalado como uma **verdade ideológica**. (...) Eu só acredito em tecnologias que tenham comprovação pelo **método científico**.”*
(Pesquisador/Fepagro – grifos da autora)

Para o pesquisador acima, tem-se de um lado “empirismo” e “ideologia”, do outro a comprovação pelo método científico. Ciência e verdade, figuram como o binômio correto. Não existem “verdades ideológicas” para tais agentes. A neutralidade científica, encontrada em um método científico desprovido de interações ideológicas, desnudada no trecho acima destacado, passa a ser a chave para a credibilidade. Assim, resta a “um indivíduo qualquer” as depreciadas e contestáveis “verdades ideológicas”. O “método científico” e, portanto, seus detentores, tornam-se legítimos no campo de disputas.

Deixando claro que um embasamento científico é fundamental, os agentes aqui reunidos dão o golpe de misericórdia: tal respaldo deve ser galgado dentro das fronteiras de legitimidade já “consagradas” na agronomia. Afinal, “a ciência é universal. Então, ela [a agroecologia] usa os mesmos conhecimentos da outra [a agronomia]. Eu não vejo distinção...” (Pesquisador/Fepagro) Assim, deve a agroecologia ser avaliada na perspectiva científica de uma agronomia clássica: “eu não quero acabar com o outro [modelo de modernização da agricultura atrelado à agronomia clássica]. Eu quero inserir no modelo outro e continuar avaliando o comportamento dela [a agroecologia].” (Pesquisador/Fepagro) Novamente, “ela [a agroecologia] ainda não é uma ciência, porque ainda não estão registrados os fatos dela. É... tu não tem comprovado os seus fatos. Existe

ciência, mas é a mesma ciência que gerou a outra. Na verdade, é só uma opção de caminhos.” (Pesquisador/Embrapa Trigo) Assim, a agroecologia

“Tem que ter ciência, tem que ter ciência por trás. Mas o princípio é o mesmo da agronomia. Se uma planta requer 1.000kg de N e ela vai retirar tantos kg de N, não importa se for agroecologia, tu tem que repor isso. O princípio básico, científico, é o mesmo. (...) O que tá faltando é uma compilação (...). Mas, com base na ciência. Quer dizer, não precisa, necessariamente, nascer uma nova ciência agroecológica.” (Pesquisador/professor – UFRGS)

A sequência de citações acima destacadas contribui para a consagração da estratégia de apropriação da noção de agroecologia. Uma substituição de insumos constitui-se no caminho ofertado para a legitimidade da proposta agroecológica na agronomia clássica, domínio dos agentes em questão. Destaca-se a importância da estratégia inicial de reduzir a noção de agroecologia a uma substituição de insumos. Através desta, permite-se abrigar a proposta agroecológica nos referidos domínios.

A citada “boa ciência” traz como peculiaridade uma necessária etapa de quantificação. Essa quantificação, assume, no tocante à agroecologia a faceta da expressão “validação de tecnologias”. Mas, “o que significa isso? A gente traz essas técnicas que foram utilizadas, e aí colocamos dentro dos parâmetros da **nossa pesquisa tradicional**, onde é possível quantificar.” (Pesquisador-professor/UFSM – grifos da autora) Dessa forma,

*“Hoje está se buscando validar, **validar** muitas tecnologias que eram tecnologias empíricas. Adotadas empiricamente e que, hoje, então, **nós estamos tentando quantificar**. (...) então, o que eu tenho que fazer? Eu tenho que investigar cientificamente o quanto eu posso **recomendar ao produtor**.”* (Pesquisador/Fepagro – grifos da autora)

O pesquisador da Fepagro resume o “validar” ao “quantificar tecnologias empíricas”. Dois últimos detalhes: a validação de tecnologias é conduzida por dentro da “nossa pesquisa tradicional”, portanto, garante aos agentes em questão a autoridade/legitimidade na condução do processo, “nós estamos tentando quantificar”.

A agroecologia, enquanto proposição estatal, apresenta-se, para os agentes por ora reunidos, como ideológica, não científica e, portanto, de legitimidade comprometida no campo tecnocientífico. Ao ressaltar o caráter “ambientalmente correto” da agroecologia, somado à necessidade de aproximá-la da ciência, esta passa a integrar os domínios de tais agentes, que objetivam, assim, reforçar sua autoridade/legitimidade em relação à agroecologia e, como consequência, ao espaço social delimitado como campo tecnocientífico.

5.1.2 – A agroecologia em busca de legitimidade

Reforçando-se a idéia de constante interação entre os esquemas argumentativos e a consequente elaboração de estratégias, atenta-se, por ocasião, à polaridade oposta.

Buscando erguer a bandeira da agroecologia, o grupo de agentes partidários da proposição estatal estrutura seus discursos tendo por base dois elementos principais. À semelhança do grupo anterior, volta à cena o dito caráter “ambientalmente correto” da proposição agroecológica. Enraizar-se em tão sólido substrato, garante, no mínimo, a não depreciação imediata da mesma. De maneira complementar, definir agroecologia implica em destacar sua cientificidade. Agroecologia e ciência, um binômio em destaque. Para a sequência, apoiando-se na impossibilidade de total desmerecimento da agroecologia, impulsionada pelo

dito “caráter ambientalmente correto”¹¹, estes agentes irão centrar seus argumentos no ressaltar da cientificidade da agroecologia.

Em um primeiro momento, exalta-se seu caráter “ambientalmente correto”. Através da agroecologia é possível: “...inserir a agricultura como um elemento harmônico dentro da natureza. É **fazer a natureza trabalhar junto com a gente**, e não a gente trabalhar contra a natureza.” (Pesquisador/Fepagro – grifos da autora) Para tanto, ao tratar “dessas questões todas conectadas com o campo da agricultura e com a mudança de formato tecnológico” (Pesquisador/Embrapa Clima Temperado), deve-se levar “**em conta uma... sustentabilidade ambiental**, ou ecologicamente correta, ou ambientalmente sã...” (Pesquisador/Embrapa Clima Temperado – grifos da autora) A “harmonia” na relação entre agricultura e natureza proporciona duas faces de uma mesma moeda. Se nem lá, nem cá se ousa desconsiderar uma problemática ambiental, ninguém, nem lá, nem cá, pode opor-se diretamente a uma proposta de cunho ambiental. O outro lado da moeda configura-se na possibilidade de flexibilizar os contornos de tal proposta. Negar a agroecologia? Ninguém ousaria, considerando-se sua faceta “ambientalmente correta”, tão bem expressa na necessidade de “fazer a natureza trabalhar junto com a gente” levando-se “em conta uma sustentabilidade ambiental”. No entanto, essa necessidade de abrigar a agroecologia nas mais diversas proposições permite distintas construções sobre a mesma.

Passando o jogo a ter como fronteiras a ciência, está na hora dos agentes aqui representados salientarem seu enquadramento em tais limites, garantindo assim sua legitimidade no campo de disputa: “agroecologia, pois bem, eu vejo agroecologia como uma **ciência**, não como uma **prática**.” (Pesquisador-Embrapa/Clima Temperado – grifos da autora) O Pesquisador da Embrapa busca garantir, dessa forma, o acesso do “arsenal agroecológico” em uma disputa. Constituído o binômio agroecologia – ciência, acrescenta-se:

¹¹ A dissertação referida (Coelho, 2002) comprova a necessária incorporação de uma dimensão ambiental pelos distintos agentes, bem como a flexibilidade com que esta se dá.

*“O conceito agroecologia, digamos, é uma ciência que junta os conhecimentos técnicos de agricultura aos conhecimentos da ecologia. Mas com uma percepção social muito forte. **Não é só a soma de agronomia com ecologia, mas é isso em um contexto social.**”* (Pesquisador-professor/UFRGS – grifos da autora)

A intercomunicação entre distintas áreas do conhecimento, presente nas colocações do pesquisador-professor da UFRGS, uma peculiaridade do referido binômio que deve, o quanto antes, explicitar-se. Ainda dentro dessa ótica, tem-se a existência de

“... dois tipos de construção social do conhecimento: um com a chancela científica, as academias, e outro, um conhecimento que se formou aí por acumulação, por ensaio de erros e etc e tal. Eu acho que a agroecologia, ela depende de conhecimento científico sim, mas ela também se abastece desse outro conhecimento.” (Pesquisador/Embrapa Clima Temperado – grifos da autora)

Ampliam-se os horizontes, além de diferentes áreas do conhecimento dito científico, a agroecologia “se abastece” de um conhecimento desprovido de tal adjetivação: “é óbvio que tu precisa de conhecimento. Se não, nós, inclusive, não vamos avançar, precisamos de conhecimento científico. Mas, o conhecimento científico, por si só, ele não é suficiente.” (Extensionista/Emater) A proposta agroecológica adentra o campo de disputas através do passaporte expedido pelo seu caráter científico, representando esse uma estratégia em busca da legitimidade no confronto. Garantido o acesso, passa-se a uma estratégia de subversão do campo, materializada na tentativa de relativizar a estabelecida supremacia do “conhecimento científico” vinculado à “boa ciência”.

Um último lembrete: “...um cara que tem a visão que existe, que a ciência é neutra (...). Esse cara não vai usar o termo agroecologia.” (Extensionista/Emater) Não se deve esquecer: neutralidade científica não combina com agroecologia. Tal afirmativa representa uma peça a mais na busca por uma relativização do “conhecimento científico”, nas conformidades dos agentes aqui reunidos, como fonte única de legitimidade no campo de disputa.

Pelo apresentado, o impulso obtido pela conformação da agroecologia como uma política pública é reforçado pelo destaque de seu caráter “ambientalmente correto”. No diálogo decorrente, entre os pólos apresentado, estrategicamente, os partidários da agroecologia em sua faceta de proposição estatal, esforçam-se por garantir à mesma o viés científico, bem como apresentam um “conhecimento científico” configurado a partir da interface entre distintas ciências e com o aporte de outras formas de conhecimento. Desta forma, pretendem contornar a tentativa de apropriação desenvolvida por seus opositores.

6) A agroecologia – intercomunicando distintos espaços sociais

Pelo apresentado, comprova-se a possibilidade de estabelecer contornos distintos à noção de agroecologia. Ancorada no aposto “ambientalmente correta” e submetida ao debate em torno de sua cientificidade, a agroecologia entra no campo tecnocientífico agrônomo. Conforme destacado, no particular do Rio Grande do Sul, o impulso obtido pela proposta agroecológica deriva-se de um espaço social outro, o campo político. A interface entre os referidos campos conduz a reflexões “bilaterais” em relação à influência recíproca entre tais espaços sociais. Apresentando a agroecologia a destacada flexibilidade no estabelecimento de seus contornos, torna-se esta uma das noções/elementos por intermédio dos quais a interface entre os distintos campos é passível de ser visualizada¹².

¹² Esta interface é abordada em Latour (2000) nos interessantes diálogos entre as “faces de Jano” (representativas, de um lado, de uma ciência consolidada e, de outro, de uma ciência em

A legitimidade/autoridade no campo político decorre em uma maior visibilidade da agroecologia na tecnociência. Por sua vez, a disputa em torno da noção de agroecologia, explorada no presente artigo, nos domínios do campo tecnocientífico, permite especulações sobre o uso político da ciência. Em um sistema de “retroalimentação”, o “retorno” da proposição agroecológica ao campo político, na hipótese desta ter obtido a legitimidade no espaço da tecnociência, se faria fortalecido pela autoridade científica. Em uma disputa pela legitimidade/autoridade política, a agroecologia configuraria, em tal situação, uma proposição respaldada pela ciência. O que pode ser observado no panorama gaúcho, no embate entre a cientificidade ou não da agroecologia, enriquecido pela oportunidade de modelagem da noção à “agronomia clássica”¹³, representa, por um lado, a tentativa de abafá-la enquanto proposição legítima no campo tecnocientífico (incorporando-a ao modelo consolidado – o de modernização da agricultura) e, em decorrência, desprovê-la de crédito em espaços outros; de outro, a busca pela consagração de uma legitimidade política através do reforço galgado nos domínios da tecnociência.

Os argumentos apresentados reforçam essa intercomunicação, na medida em que extrapolam reflexões exclusivamente de cunho epistemológico. O aposto “ambientalmente correto” é um dos elementos que permite tal extrapolação, afinal é o meio ambiente um elemento transversal a distintos espaços sociais¹⁴. Assim, mesmo frente às tentativas de “purificação” tecnocientífica, a disputa em torno da agroecologia amplia-se para além das fronteiras da tecnociência, fato perceptível já entre os agentes legítimos em tal espaço.

consolidação), onde o autor resgata a diversidade de elementos envolvidos na construção dos fatos científicos.

¹³ Vinculada ao modelo de modernização da agricultura.

¹⁴ E disto deriva-se sua riqueza e complexidade quando da tentativa de tomá-lo como objeto de análise.

Bibliografia

ALMEIDA, Jalcione. **Tecnologia “moderna” versus tecnologia “alternativa”: a luta pelo monopólio da competência tecnológica**. 275 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1989.

ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura; idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

ALTIERI, Miguel; ROSSET, Peter; THRUPP, Lori. **The potential of agroecology to combat hunger in the Developing World**. Disponível em: <<http://www.emater.the.br/docs/agroreco/artigos/agroecologia2.pdf>>. Acesso em 15 set. 2000.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983. pp. 124-155. (Sociologia, Grandes cientistas sociais – 39).

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BUTTEL, Frederick H. Environmentalization: Origins, Processes, and Implications for Rural Social Change. **Rural Sociology**, Vol. 57, No. 1, Spring 1992.

BUTTEL, Frederick H. Environmental and Resources Sociology: Theoretical Issues and Opportunities for Synthesis. **Rural Sociology**, Vol. 61, No. 1, Spring 1996.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A invenção do sujeito ecológico: sentidos e tramas em educação ambiental**. 356 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2000.

CLARK, Judy & LOWE, Philip. Cleaning up Agriculture: Environment, Technology and Social Science. **Sociologia Ruralis**, v.32,n.1, 1992. pp.11-29.

COELHO, Vanessa Pfeifer. **Mediadores técnicos, tecnociência na agricultura e a definição legítima da problemática ambiental no campo tecnocientífico**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

COSTABEBER, J. A. “Transição agroecológica: do produtivismo à ecologização”. In: EMATER/RS, **Sustentabilidade e cidadania: o papel da extensão rural**. Porto Alegre, 1999. pp. 67-120.

GLIESSMAN, Stephen. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

JOLLIVET, Marcel. “Agricultura e meio ambiente: reflexões sociológicas”. **Estudos Econômicos**, São Paulo, USP, vol. 24, n. especial, 1994. pp.183-198.

LATOUR, Bruno **Jamais fomos modernos. Ensaio de Antropologia Simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, Bruno & WOOLGAR, S. A credibilidade científica. In: LATOUR, Bruno & WOOLGAR, S. **A vida de laboratório**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997. pp. 205-263.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LOWE, Philip. Industrial Agriculture and Environmental Regulation: a New Agenda for Rural Sociology. **Sociologia Ruralis**, v.32,n.1, 1992. pp.4-10.

NORGAARD, Richard B. **A ciência ambiental como processo social**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991. (Textos para debate 35)